5970333/ 1 - IVANA DA COSTA ANJOS RIBEIRO (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 1055844

PORTARIA Nº 0562/2024 - GAB/SEMAs 28 DE MARÇO DE 2024.

Objetivo: Realizar vistoria técnica de PMFS em propriedade rural, com a finalidade de verificar in loco as informações protocoladas nesta SEMAs/PA. Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Altamira/PA.

Destinos: Brasil Novo/PA.

Período: 01/04 a 07/04/2024 – 06 e ½ diárias.

Servidores:

– 5955051/ 1 – LINDIRAIRY SANTOS DA SILVA (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

– 5951928/ 1 – JESSICA DE SOUZA MEURER (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 1056299

PORTARIA Nº 0565/2024 - GAB/SEMAs 28 DE MARÇO DE 2024.

Objetivo: Realização de vistoria técnica.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Altamira/PA.

Destino Novo repartimento, Anapu e Placas/PA

Período: 01/04 a 07/04/2024– 06 e ½ diárias.

Servidor:

– 5961403/2– ALEX SOARES DE SOUZA (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)

– 5963848/ 1 – JULIANA LIVIAN LIMA DE ABREU (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)

ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 1056351

PORTARIA Nº 0564/2024 - GAB/SEMAs 28 DE MARÇO DE 2024.

Objetivo: Realizar vistoria técnica nas áreas das Estações de Transbordo de Cargas- ETCs.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destinos: Santarém e Itaituba/PA.

Período: 01/04 a 05/04/2024 – 04 e ½ diárias.

Servidores:

– 57228402/ 2 – FLAVIANO ROBERTO VIEIRA NETO (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

– 8400928/ 1 – MARCOS ENOQUE LEITE LIMA (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 1056355

FÉRIAS

PORTARIA Nº 00544 /2024 -DGAF/GAB/SEMAs, 27/03/2024

Excluir da PORTARIA 0076/2023- DGAF GAB/ SEMAs de 30/01/2023, publicada no DOE nº35.274 de 01/02/2023, as férias regulamentares da servidora ANDRELINA MARIA RIBEIRO SERRAO , Id .funcional nº 5890125/ 3, tornando sem efeito o período de 16/11/2024 a 30/11/2024, referente ao exercício 2022-2023.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1056321

RESOLVE:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O processo de eleição dos membros do Conselho Gestor do REVIS Rios São Benedito e Azul, será regido por este Edital e coordenado pela Diretoria de Gestão e monitoramento de Unidades de Conservação – DGMUC, através da Gerência da Região Administrativa do Xingu, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio.

Art. 2º. O Conselho Gestor do REVIS Rios São Benedito e Azul será composto por no máximo 30 (trinta) membros titulares e seus respectivos suplentes, envolvendo os segmentos do poder público, sociedade civil local e empreendedores locais, sendo-lhes atribuído igual número de vagas, distribuídas de acordo com o presente Edital.

Art. 3º. O exercício das atribuições dos membros titulares e suplentes do Conselho Gestor, cuja eleição trata o presente Edital, é considerado atividade de relevante interesse público, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 4º. O processo de eleição de que trata este Edital, compreenderá as fases e os prazos descritos no ANEXO III, com as inscrições no período de 18/03/2024 a 31/04/2024.

2. DA DEFINIÇÃO DOS TERMOS UTILIZADOS NESTE EDITAL

Art. 5º. Para efeitos exclusivos deste Edital, considera-se:

a. Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

b. Conselho Gestor de Unidade de Conservação: espaço público jurídico institucional, com representação de órgãos públicos, sociedade civil local e empreendedores locais, assegurando-se, sempre que possível, a participação paritária entre esses segmentos de que alguma forma interajam com a Unidade de Conservação e seu entorno, para a gestão de seus conflitos, envolvendo a conservação, a proteção e uso dos recursos naturais.

c. Conselheiro/Representante: pessoa física indicada por cada uma das instituições jurídicas integrantes do Conselho.

d. Membro do Conselho: instituição ou entidade jurídica que possui assento no conselho.

e. Eleição de Conselho: refere-se ao processo de escolha dos membros de um Conselho.

f. Renovação de Conselho: refere-se ao processo de reestruturação de um Conselho já constituído, vencido o mandato de no mínimo 02 (dois) ou no máximo 04 (quatro) anos.

g. Recondução de Conselho: processo onde a cada dois anos se dá a ratificação da atuação do mandato dos representantes de um Conselho, devendo o ato ser aprovado em uma reunião ordinária. O Conselho Gestor poderá ser reconduzido apenas uma vez.

h. Segmento: qualquer das três modalidades de interessados (órgãos públicos, sociedade civil local e empreendedores locais) que possam se candidatar à representação do Conselho.

i. Sociedade Civil Local: toda espécie de organização social que defenda seus direitos independentemente de fins altruísticos, com atuação direta ou indiretamente ligada a Unidade de Conservação.

j. Empreendedor Local: pessoa jurídica de direito privado que combina recursos físicos e humanos para produzir bens e serviços com fins lucrativos e cuja atuação envolva direta ou indiretamente a Unidade de Conservação, incluídas as associações/entidades que representam esse segmento.

k. Representante Legal: aquele que tem designação estatutária para representar a Instituição que faz parte.

l. Habilitação: processo de análise documental que visa, de acordo com as exigências do presente Edital, decidir sobre a aptidão/qualificação do inscrito para participar do processo de eleição dos membros do Conselho.

3. DA FINALIDADE DO CONSELHO GESTOR

Art. 6º. O Conselho Gestor do REVIS Rios São Benedito e Azul tem por finalidade contribuir para o efetivo processo de gestão participativa da Unidade de Conservação.

4. DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR E DAS VAGAS POR SEGMENTO

Art. 7º. O Conselho Gestor será composto por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil local e dos empreendedores locais, assegurando-se, sempre que possível, a participação paritária destes 3 (três) segmentos.

Art. 8º. A inscrição dos interessados em concorrer às vagas que constituem o Conselho Gestor do REVIS Rios São Benedito e Azul, será realizada segundo as categorias abaixo relacionadas, desde que comprovem atuação local nesta Unidade, considerando seus objetivos legais ou estatutários, conforme o caso e que se caracterizem como potencial colaborador para a melhor gestão deste espaço legalmente protegido:

I – Órgãos Públicos dos três entes da Federação: União, Estado e Municípios;

II – Organizações não - governamentais ambientalistas e/ou sociais;

III – Organizações formais da população residente (inclusive religiosas) e das populações tradicionais;

IV – Organizações profissionais ou Conselhos de Classe;

V – Entidades Empresariais;

V – Instituições privadas vinculadas à área de pesquisa e educação;

VI – Organizações que representem os interesses dos empreendedores locais.

Art. 9º. A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, comunidades tradicionais e assentamentos agrícolas.

Art. 10º. A representação da sociedade civil local deve contemplar, quando couber, entidades organizadas da população residente e do entorno, de comunidades tradicionais, das organizações de classe, das organizações não governamentais, com atuação comprovada na região da unidade.

Art. 11º. A representação dos empreendedores locais deve contemplar,

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA nº. 205 de 28 de março de 2024

CONSIDERANDO o P.A.E. nº 2024/185374.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR, entidade de direito público, constituída sob a forma de autarquia, com autonomia técnica, administrativa e financeira, com sede nesta Capital e circunscrição em todo o Estado do Pará e prazo de duração indeterminado, tendo por finalidade exercer a gestão de florestas públicas para produção sustentável e a gestão da política estadual para produção e desenvolvimento da cadeia florestal no Estado, ressalvadas as competências do órgão estadual de meio ambiente, em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Tem como atribuição, executar a Política Estadual de Unidades de Conservação do Estado relativas à sua proposição, criação, implementação e gestão, em observância às normas gerais previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecido através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.